

A norma linguística e os programas de entretenimento da televisão aberta brasileira

Daniela Aparecida de ALBUQUERQUE¹

André MUNZLINGER²

Josias Ricardo HACK³

Resumo

A televisão é o veículo de comunicação de massa (MCM) de maior audiência em nosso país.⁴ Através da televisão as pessoas têm contato com realidades diferentes das suas, reais ou imaginárias. A televisão possibilitou, dentro do Brasil, que comunidades linguísticas distantes tivessem contato com as mais diversas formas de se falar sobre o mesmo objeto, ou ainda, que ouvissem palavras conhecidas através de sotaques diferentes, bem como que se descobrissem expressões inéditas do idioma oficial falado no Brasil: a língua portuguesa⁵. A televisão, se por um lado, democratizou as informações, por outro, criou padrões, imagens e conceitos difíceis de alcançar ou mesmo inatingíveis. No que se refere ao padrão linguístico televisivo, pode-se observar um tratamento diferenciado em relação à norma linguística utilizada, esta varia dependendo do estilo do programa e da imagem que a emissora pretende repassar. Com o objetivo específico de examinar de que forma versa a norma linguística nos programas de entretenimento, se estes, realmente gozam de liberdade linguística ou seguem padrões preestabelecidos, este trabalho tem como objeto de estudo três programas de entretenimento variados, exibidos na TV aberta, selecionados dentro da grade de programação de três das dez emissoras de maior audiência do país.

Palavras-Chave: Norma Linguística. Televisão Aberta. Entretenimento. Variação da Língua.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSC. E-mail: dnie-la@hotmail.com

² Especialista em Produção e Comunicação e pesquisador do Instituto Federal Catarinense – IFC. E-mail: andre.muzza@gmail.com

³ Doutor em Comunicação Social pela UEMESP – SP. Professor do Curso de Pós Graduação em Linguística UFSC. E-mail: professor.hack@hotmail.com

⁴ Dados obtidos através da pesquisa "Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira", realizada em todo o Brasil, encomendada pelo Governo Federal no início de 2010 e divulgada em julho do mesmo ano. Onde, segundo os entrevistados, 96,6 % destes, veem televisão, superando o rádio com 80,3 % de ouvintes. Disponível em: <http://www.ceep.org.br/>

⁵ No presente artigo quando nos referimos à Língua Portuguesa, estamos nos reportando ao Português Brasileiro (PB).

Introdução

A televisão aberta é um dos meios de comunicação de massa (MCM) mais importantes em nosso país, sendo o veículo de maior difusão de informações da atualidade e exercendo forte influência no cotidiano da população.

A programação da rede televisiva brasileira está baseada em diversos fatores, dentre os quais estão presentes aqueles que levam em consideração as classes e os grupos sociais existentes no país. Tudo isso visando uma maior audiência, o que, conseqüentemente, ocasiona uma maior venda de seus programas, produtos e ideologias.

A televisão, além das questões econômicas, exerce amplo controle sobre os fatores políticos, culturais e sociais e, sendo um produto barato e de fácil acesso está presente na maioria dos lares brasileiros, onde passa a exercer todo o seu poder persuasivo. Detentora de uma abrangência ampla, a televisão aberta dissemina crenças, culturas, ideias. Incita o consumo, estabelece padrões. É inegável o seu poder de sedução em relação aos telespectadores mais variados. São tantas as facetas da televisão aberta e inúmeros os interesses que subjazem em seus bastidores, que muitas vezes não percebemos e nem sequer nos questionamos acerca de sua magnitude e do impacto de seu alcance.

Em termos de linguagem, por exemplo, que concepções existem por trás da escolha de determinada variedade da língua em detrimento às outras, com relação a certos tipos de programação exibidas? Existem tratamentos diferenciados à norma linguística dependendo do estilo do programa que está sendo transmitido e do público consumidor final?

Procurando responder ou pelo menos, refletir a respeito de tais questionamentos, bem como tendo em mente vários outros questionamentos, buscamos investigar como a norma linguística se faz presente, especificamente, em três programas de entretenimento de três das dez emissoras de maior audiência da televisão aberta nacional.

Os programas que serviram de amostra são: o CQC (Custe o Que Custar) da Rede Bandeirantes, transmitido às segundas-feiras, às 22h30m, veiculado nos dias 19 e 23 de dezembro de 2011; o Programa Legendários da Rede Record, transmitido aos sábados, às 23h00m, veiculado nos dias 10 de dezembro de 2011 e 11 de fevereiro de 2012; o Programa Big Brother Brasil da rede Globo, transmitido nos dias 21 e 30 de janeiro de 2012, sendo que a atração é exibida sempre durante o primeiro trimestre de

cada ano, diariamente de segunda a sábado, após a novela das 21h00m e no domingo, após o programa Fantástico.

As análises dos referidos programas serão tratadas na seção 5 deste trabalho. As seções anteriores versarão sobre algumas das possíveis definições dos seguintes objetos abstratos: a língua, a norma e as variações linguísticas, uma vez que se faz necessário certo conhecimento no assunto, antes de interpretarmos a utilização destes nos programas de entretenimento pesquisados.

Língua: propostas de definição

Quando nos referimos à língua, geralmente, o fazemos de maneira que esta parece ser um fenômeno único e indivisível. Contudo, o que realmente é a língua? Como podemos defini-la, se de fato é possível fazê-lo?

As diversas acepções conferidas a esse objeto abstrato denominado “língua” variam tanto de acordo com as abordagens dadas a esse fenômeno quanto às visões diferentes que cada indivíduo tem a seu respeito. Em termos Saussurianos, por exemplo, a língua é um sistema de signos, um objeto unificado, homogêneo, suscetível de classificação, a parte social da linguagem. Para o mestre genebrino, enquanto a linguagem é multifacetada e heteróclita, a língua é:

(...) ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (...) é um todo por si e um princípio de classificação. (SAUSSURE 2006, pp.15-17).

Assim, baseados nos estudos e nas teorias de Saussure, os estruturalistas viam, então, a língua como uma estrutura constituída por uma rede de elementos, cada qual, com um valor funcional determinado (PETER, 2010, p.14).

Os gerativistas, por sua vez, também procuraram definições para a língua. Chomsky (1957) propõe que a linguagem humana é fruto da competência e do desempenho. Por competência compreende-se a capacidade inata que o indivíduo tem de produzir, compreender e de reconhecer a estrutura de todas as frases de sua língua. Desta forma, a língua é descrita como o conjunto infinito de frases que se definem não só pelas sentenças existentes, mas também, pelas possíveis sentenças, aquelas podem ser criadas a partir da interiorização das regras da língua, tornando os falantes aptos a

produzir frases inéditas, nunca antes ouvidas. O desempenho (performance ou uso), por conseguinte, é determinado pelo contexto onde o falante está inserido. Trata-se de uma teoria universalista, baseada no “falante ideal”.

Outra concepção de língua, tendo em mente termos puramente biológicos, foi conferida por Schleicher⁶, linguista alemão, que influenciado pela teoria de Darwin, afirma ser a língua o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. A língua dependeria da diversidade de cérebros e órgãos fonadores dos homens, condizente com as suas raças e servindo como o critério mais apropriado para a classificação racial da humanidade.

Já uma visão diferente desse fenômeno foi abordada por Jakobson (2003) e por Bakhtin (1990), onde a língua assume também, um caráter de comunicação social, sendo vista como um fenômeno social realizado através da enunciação ou das enunciações, de canais específicos e dependendo de interações verbais, sendo estas, o fator primordial que constitui a realidade fundamental da língua.

Da mesma forma, Benveniste (1963) também compreende a língua como sendo um fenômeno social. Ele afirma que a língua é a manifestação concreta da faculdade humana da linguagem, da faculdade de simbolizar. Assim, é através do exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens. Para o linguista, língua e sociedade não podem ser concebidas uma sem a outra, uma vez que a “linguagem sempre se realiza dentro da língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (BENVENISTE apud ALKIMIM, 2010, p.26).

Bagno (2011), por sua vez, explica que todos nós pensamos saber o que é a língua até o momento em que somos perguntados objetivamente sobre ela. Quando isto ocorre, torna-se difícil haver um indivíduo que a defina em termos precisos, consensuais, definitivos e concretos.

O linguista salienta também, que mesmo em uma obra coletiva, na qual foram inquiridos 18 linguistas sobre “O que é a língua?”, as respostas obtidas foram tão diferentes entre si quanto:

(...) “atividade”, “trabalho”, “meio de comunicação”, “multissistema governado por um dispositivo sociocognitivo”, “complexa realidade semiótica”, “condensação de todas as experiências históricas de uma dada

⁶ In: Câmara Jr., M. História da Linguística. História da Linguística, 4ª Edição, Petrópolis 1986.

comunidade”, “produto de um trabalho social e histórico”, “capacidade biológica, inata à espécie humana”, “domínio público de construção simbólica e interativa do mundo”, “fenômeno social por excelência, vinculado a um território e a uma população”, entre outras definições (BAGNO, 2011, p.356).

Além disso, a língua para Bagno (2011) está compreendida entre a natureza (natureza) e a cultura; a natureza por ser um dado biológico, por ser uma das faculdades cerebrais e a cultura, devido a ser o elemento mais importante de uma cultura, de uma sociedade. Exatamente por isso, impossível de ser separado dentro da língua: “o que é propriamente linguístico, o que pertence à estrutura ou ao sistema linguístico (...), e o que é construto cultural, social, político, ideológico” (BAGNO, 2011, p.356). Como consequência destes fatores, nem mesmo a ciência linguística estaria apta a conceituar de forma simples o que vem a ser a língua.

Assim sendo, após algumas reflexões sobre a língua, percebemos ser esta um fenômeno vivo, múltiplo, heterogêneo e complexo. Exatamente por isso tão rico e dinâmico, com características de abertura que demonstram “o caráter internamente diversificado, perpetuamente mutável e externamente interconectado das comunidades de falantes” (MONTEAGUDO, 2011, p.16).

Variação linguística

Monteagudo (2011) explica que o fenômeno da variação manifesta-se por meio da existência de variáveis, ou seja, através do surgimento de unidades de qualquer plano do sistema gramatical: o fônico, o morfológico, o sintático, dentre outros; que se realizam de maneira distinta. Já as concretizações alternativas de uma mesma unidade, são denominadas variantes.

De acordo com o autor, as variantes podem ser analisadas em termos gramaticais ou em termos sociolinguísticos. As primeiras dependem de determinados contextos estruturais (fonético, sintático, morfológico...), enquanto as segundas estão relacionadas com fatores sociais ou funcionais, tais como “a identidade do falante, a situação de uso da língua ou o tipo de texto em que aparece” (MONTEAGUDO, 2011, p.19).

Para fins deste trabalho, nos deteremos principalmente nas variantes do segundo tipo: as sociolinguísticas; estas podem ser regionais, os dialetos, ou socioculturais, os socioletos; há ainda os idioletos, variações particulares, os tecnoletos que são

“linguagens de especialidade ou variedades especializadas (...) onde se incluem os jargões e as gírias” (MONTEAGUDO, 2011, p.23), dentre outros.

No estudo da variação linguística, sob a ótica da sociolinguística aqui adotada, então, estaremos enfatizando a estratégia de pesquisa da perspectiva variacionista ou correlacional, uma vez que a mesma considera o ponto de vista do observador externo situado no nível “macro” das estruturas sociais, aquelas estruturas sociolinguísticas que condicionam o comportamento dos falantes (MONTEAGUDO, 2011, p.19). A escolha por esta perspectiva, leva em conta, principalmente, as suas noções essenciais: comunidade linguística, língua ou variação.

Variantes ou variedades sociolinguísticas diatópicas, diastráticas e diafásicas

Coseriu (1981), linguista romeno, conceituou quatro variantes linguísticas: (i) as diatópicas (geográficas), (ii) as diastráticas (sociais), (iii) as diafásicas (níveis formal ou informal) e (iv) as diacrônicas (distribuídas ao longo do eixo temporal). As três primeiras, das quais nos ocuparemos neste artigo, podem ser explicadas da seguinte maneira:

(i) Variantes diatópicas: são as variantes e/ou variedades que se apresentam no eixo espacial, geográfico ou territorial (dialetos). Estas variações podem ser fonéticas (sons diferentes), lexicais (mudanças vocabulares) ou sintáticas (elementos de uma frase). A maneira que os falantes pronunciam o “r”, dependendo da região do país em que é realizada, por exemplo, pode revelar pronúncias distintas. Os falantes de municípios do interior do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo, tendem a pronunciar palavras como “porta”, “carta”, “certo”, com o “r” retroflexo, isto é, com a língua curvada para trás. Neste caso temos a variação diatópica fonética, uma vez que diz respeito aos sons da fala.

Quando a diferença ocorrer em termos de vocabulário, tem-se a denominada variação diatópica lexical. Um exemplo desse tipo de variação ocorre com a palavra mandioca, que dependendo da região recebe o nome de aipim (Sudeste) ou de macaxeira (Norte e Nordeste).

No entanto, caso a diferença esteja na estrutura frasal, isto é, na frase toda, a variação é denominada de variação diatópica sintática. A utilização do pronome “tu”,

por exemplo, em algumas regiões brasileiras como no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e no Maranhão é comum, em outras, não.

(ii) As variantes diastráticas são aquelas que se apresentam no eixo social ou da camada sociocultural da qual o indivíduo faça parte. O falar do indivíduo está subordinado ao seu nível cultural e socioeconômico. Essas variações também podem ser de ordem fonética, lexical ou sintática.

Justino (2009) salienta que essa variação é facilmente identificada em nosso país:

Basta conversar com um cidadão humilde, com poucos anos de estudos, que já perceberá uma linguagem diferente da habitual de outras classes sociais. Frases como “Naonde a gente podemos ponhar esse troço aqui?” ou como “Houveram menas percas” não são ouvidas em um ambiente em que estejam professores, médicos, cientistas, advogados etc. (JUSTINO, 2009, p.03).

(iii) As variantes diafásicas, entretanto, apresentam mudanças no eixo da modalidade de expressão (estilos ou registros). Trata-se da variação que permite ao falante utilizar a língua conforme desejo e de acordo com a situação na qual se encontra: em família, com os amigos, no trabalho e assim por diante. Outra modalidade dessa variação encontra-se na Literatura (romances, poesias, contos, ensaios, textos jornalísticos), uma vez que a linguagem utilizada segue os propósitos do autor.

Sobre o estilo nas variações diafásicas, Monteagudo (2011, p. 30) salienta que “todos os locutores modulam sua fala em função do contexto de comunicação, de modo que todos possuem um leque de estilos”. Esta capacidade é definida pelo autor como competência comunicativa. Entretanto, ele lembra que:

Os falantes não são “autômatos” limitados a aplicar roteiros de conduta linguística preestabelecidas às situações comunicativas em que se veem envolvidos. Os falantes e o texto não são engrenagens passivas dum mecanismo sociofuncional: os falantes podem participar de forma ativa da definição da situação comunicativa, empregando como recurso precisamente seu discurso (isto é, o uso da língua). Por outro lado o que o falante pode categorizar como “estilo monitorado” pode ser catalogado por outro como “estilo espontâneo” (MONTEAGUDO, 2011, p.30).

Monteagudo (2011) salienta ainda que a variação estilística precisa ser contemplada no nível macro porque os falantes embora possuam uma gama considerável de estilos, estes não coincidem, necessariamente, com o repertório de estilos reconhecidos socialmente. Além disso, o autor afirma que todos os falantes

dispõem de uma competência parcial em vários registros, uma vez que a maioria dos falantes é capaz de improvisar um discurso mais ou menos monitorado em estilo formal diante de uma audiência razoavelmente ampla, no entanto, um número mínimo de pessoas é capaz de desenvolver uma dissertação solene ante um auditório amplo e desconhecido. Isto, talvez se deva ao fato de que elementos linguísticos distintos respondem de maneira irregular a diferentes aspectos do ato da comunicação e de maneira diferente às diversas especificidades sociais do falante (HUDSON,1996).

Percebe-se, assim, a complexidade das dimensões da variação contextual ou diafásica, da diatópica e da diastrática. Bem como a complexidade dos subsistemas linguísticos delimitados de acordo com cada um destes eixos. Cada um destes subsistemas linguísticos pode vir a apresentar mais de uma característica, isto é, para o autor as dimensões diatópicas, diastráticas e diafásicas não atuam isoladamente, ao contrário, interagem entre si e interferem uma nas outras de vários modos:

(...) uma produção linguística concreta de um falante terá sempre uma colocação simultânea no tocante aos três eixos: diatópico, diastrático e diafásico. (...) traços linguísticos originária e primariamente marcados como diatópicos podem assumir valor (mais ainda) marcado diastraticamente, e traços originalmente marcados como diastráticos podem assumir valor diatopicamente marcado, de modo que as marcações diatópica, diastrática e diafásica se apresentam inextricavelmente copresentes (BERRUTO, 1980, pp.149-150).

Diante de tantas variantes linguísticas, realidade da língua portuguesa, é possível e normal que nos questionemos a respeito de qual seria a mais “correta”, a “melhor”. No entanto, em termos sociolinguísticos, não há uma variedade mais correta que a outra, o que existe é que uma variedade torna-se a mais adequada de acordo com um contexto específico.

Camacho (1988) salienta que não há um padrão linguístico mais bonito ou mais feio, certo ou errado. O que há, na língua portuguesa, é a variação linguística que difere de região para região, de circunstância para circunstância, de classe social para classe social.

Assim sendo, o falante demonstra a sua competência linguística quando se mostra capaz de escolher a variante adequada a cada situação, com eficiência máxima dentro da variante escolhida.

Norma linguística ou normas linguísticas?

É comum ouvirmos ou, ainda, referirmo-nos à norma como sendo uma, indivisível. Inclusive, o senso comum, utiliza-se dos termos “norma culta” e “norma padrão” como sendo sinônimas. Todavia, se tratam de normas distintas da língua portuguesa, com diferenças significativas ou, ao contrário, tratam-se do mesmo objeto com nomenclaturas diferentes?

Para Mussalin & Bentes (2011, p. 40), a variedade padrão e a norma culta ou língua culta são sinônimas. Sendo que a variedade padrão não trata da língua original, em circulação, da qual os falantes procuram se apropriar ou se apossam da maneira que forem capazes:

O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante. (MUSSALIN & BENTES, 2011, p.40)

Faraco (2011) por sua vez, comenta que o conceito de norma foi elaborado para tratar da variação linguística e que em “meio às muitas normas que circulam socialmente, os linguistas passaram a identificar também uma determinada norma a que costumam dar nomes variados: norma/ variedade/ dialeto/ língua culta; norma/ variedade/ dialeto/ língua padrão” (FARACO, 2011, p.260).

Para ele, a norma culta é uma das várias formas de normas, sendo que há valorações sociais distintas entre elas, isto é, em uma concepção puramente linguística, gramatical e sistêmica, as normas se equivalem, já na concepção social não. A norma linguística, assim, é tida como o uso normal da língua nos diversos grupos sociais e, como cada grupo social tem sua norma da língua, não há apenas uma norma linguística, sim, várias normas que assinalam a diversidade de grupos que constituem a nossa sociedade. Entretanto, existem graus de prestígio diferentes entre essas normas.

Faraco (2002) explica ainda que a utilização do termo norma culta gera algumas confusões, pois para uma norma culta, coexistiria uma norma inculta, esta última seria

uma variedade falada por indivíduos desprovidos de cultura. O linguista ressalta que esse pensamento está equivocado, já que todos os grupos sociais possuem a sua cultura e usos linguísticos singulares que merecem reconhecimento e valorização. O termo norma culta, então, para o linguista, descreve a cultura escrita que é utilizada pelos indivíduos com dado grau de escolarização e em situações específicas, que exijam determinado grau de formalidade. O autor salienta que a norma culta foi assim denominada, justamente por estes indivíduos, como forma de status e através do julgamento preconceituoso que estas pessoas fazem das demais que não utilizam essa variedade linguística.

Faraco, além disso, acrescenta o fato de que a variedade culta tampouco é estática e homogênea; a mesma, segundo ele, apresenta igualmente variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, além de que, como as demais manifestações linguísticas, a língua culta sofreria a influência do tempo.

Já a norma-padrão, para o linguista, está carregada de preconceitos contra as demais variedades. Trata-se da norma que dita o que é “correto”, portanto o que diferir deste conceito é considerado errado. Seu objetivo é a “padronização da língua, a neutralização da variação e o controle da mudança” (FARACO, 2002, p.40).

Quanto a visão condicionadora e excludente da norma culta, explanada acima por Faraco, Lucchesi (2002) e Bagno (2002) compartilham do pensamento de que podem ser considerados falantes da norma culta, em nosso país, apenas aqueles indivíduos que hajam concluído o ensino superior, o que exclui a maioria dos falantes, demonstrando o caráter hegemônico da norma culta, visto que as pessoas que a utilizam, geralmente, pertencem às camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira.

Em relação à norma-padrão, Bagno (2011) diz ser esta uma norma gramatical. Ele afirma que, na realidade, não existe uma “variedade-padrão”, o uso deste termo, segundo o linguista, é contraditório, já que a palavra “padrão” remete-nos a algo uniforme e invariante, significado muito distinto de “variedade”. Ele reitera que embora termos como “variedade-padrão”, “dialeto-padrão” ou “língua-padrão” sejam amplamente referidos em bibliografias especializadas sobre o assunto, o que existe é “uma norma-padrão, língua materna de ninguém, língua paterna por excelência, língua da Lei, uma norma no sentido mais jurídico do termo” (BAGNO, 2011, p.367).

Em outro contexto, o autor argumenta que a língua, quando assepsizada e identificada com determinado modelo, a norma-padrão, cessa de ser um processo sociocultural passando a ser:

“A Língua”, com artigo definido e inicial maiúscula, uma entidade dotada de vontade e consciência, envolta numa cosmogonia que se perde no tempo, como se “a Língua” existisse assim, perfeita em seus contornos, desde o início do mundo. Se, para a linguística contemporânea, a língua é uma faculdade cognitiva, interna, portanto à própria biologia de cada ser humano, tal concepção de língua é soberanamente desprezada pelos não linguistas, ou seja, pela retumbante maioria dos falantes comuns, que só concebem “a Língua” como uma instituição, análoga à religião e às leis, portanto como algo *externo* ao indivíduo, algo que não lhe pertence e ele precisa adquirir, aprender, conhecer, respeitar, venerar, transmitir e defender para se tornar membro da comunidade, para se sentir incluído numa cultura, para se tornar cidadão (BAGNO, 2011, p.360).

Não obstante, ele esclarece que uma determinada língua ou variedade de língua é eleita para ser a oficial e para isso ela passa por um processo de codificação, padronização, realizado por gramáticos, onde há a “criação de um léxico novo, amplo que permita à língua ser instrumento da alta literatura, da ciência, da religião e do direito” (BAGNO, 2011, p.366).

A norma-padrão, ainda pode ser definida como uma variedade linguística associada a determinados falantes privilegiados e a usos igualmente privilegiados, de maneira que um seletivo grupo de status utiliza a variedade como fator de distinção de sua posição hegemônica:

Quando falamos de padrão não estamos nos referindo à estratificação social da língua, mas a uma perspectiva diferente sobre a variação linguística, relativa à codificação e à prescrição. O que acontece na realidade é que o código normativo costuma descansar na regulação de um socioleto de prestígio, mais precisamente do estilo “cardinal” (médio alto) desse socioleto – ou, melhor ainda, de uma versão idealizada dessa variedade. (MONTEAGUDO, 2011, p.39)

Sendo que há muitas confusões entre os termos padrão e padronização quando nos referimos à norma, Milroy (2011) destaca que isso acontece devido a ambos serem usados de modos diversos pelos linguistas, sem que haja, necessariamente, uma distinção clara entre eles.

Porém, o processo de padronização, como observa Milroy, versa sobre a forma interna da língua, promovendo a invariância ou a uniformidade na estrutura desta.

Assim sendo, uma definição inicial de padronização “tem a ver com a estrutura interna ou a aparência física dos objetos padronizados: *a padronização consiste na imposição de uniformidade a uma classe de objetos*”⁷ (MILROY, 2011, p.51).

Além disso, o linguista britânico ressalta o fato de que esta definição de padronização presume que os objetos a ela relacionados, inclusos os abstratos como as línguas, apresentam natureza variável, portanto, a uniformidade precisa ser imposta, caracterizando os objetos padronizados como iguais ou invariáveis, de forma categórica.

Entretanto, a palavra padrão é polissêmica e seu significado está relacionado, a princípio, com medida e desempenho:

Neste uso normalmente está envolvido um julgamento de valor; pois padrão aqui é uma régua ou um bastão usado para medir níveis relativos de desempenho (como em “padrões de avaliação”, “manter os padrões”, etc.). Com outras caracterizações possíveis de “padronização”, portanto, esta não é neutra e pode ser considerada como relevante para a ideologia da padronização, mais do que para o processo (MILROY, 2011, p.52).

Contudo, Milroy chama a atenção para o fato de que a palavra “padrão” pode ser utilizada em outro contexto, com uma acepção muito distinta da exposta acima, ele refere-se ao uso da palavra na definição de “variedade padrão”, onde o termo “padrão” encontra-se relacionado ao sentido de “prestígio”:

Uma categoria social frequentemente usada para caracterizar uma variedade padrão trata-se da categoria de prestígio. Em geral, a “variedade padrão” tem sido equiparada à “variedade de maior prestígio”, em vez de à variedade caracterizada pelo mais alto grau de uniformidade. (...) No entanto, embora seja verdade em determinados casos que a variedade padrão é idêntica à variedade de maior prestígio, isso não implica que o prestígio elevado seja definidor do que constitui um “padrão” (MILROY, 2011, p.52).

A questão da palavra “prestígio” relacionada a “padrão”, segundo Milroy, está estritamente ligada à questão linguística, uma vez que não se aplica a noção de prestígio igualmente a todos os objetos. As tomadas elétricas, por exemplo, embora sejam padronizadas não apresentam “prestígio”; já as roupas feitas sob medida, que, obviamente, não são padronizadas, são aquelas de maior prestígio.

⁷ Grifo do Autor.

Outro fator relevante sobre a importância que determinadas variedades da língua recebem, enfatizados pelo linguista, diz respeito ao fato de que a noção de prestígio não advém das variedades linguísticas por si mesmas:

Com efeito, não é difícil argumentar que as variedades de língua realmente não têm prestígio em si mesmas: tais variedades adquirem prestígio quando seus *falantes* têm prestígio elevado, porque o prestígio é atribuído pelos seres humanos a determinados grupos sociais e a objetos inanimados ou abstratos, como vasos Ming e variedades linguísticas, e isso depende do valor atribuído a tais objetos. O prestígio atribuído às variedades linguísticas (por metonímia) é *indexador* e está envolvido na vida social dos falantes. (...) *A uniformidade, porém, é uma propriedade do sistema linguístico não dos falantes*⁸ (MILROY, 2011, p.53).

Encerrando nossas reflexões sobre norma, Castilho (2002) designa dois conceitos desta, um mais amplo e outro mais estrito. No conceito estrito, do qual nos ocuparemos, a norma é denominada como o uso e os costumes de uma dada classe social, geralmente a de maior influência e prestígio. A norma estrita subdivide-se em norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva.

A norma objetiva, explícita ou padrão, condiz com o uso da língua de maior prestígio, sendo utilizada pela denominada classe mais privilegiada, com falantes mais escolarizados, identificando-se com a classe dita “cultura”. Esta variedade não é superior as demais, linguisticamente, no entanto, sua utilização tende a ser fator de promoção social e de status.

Ao comportamento do falante em relação à norma objetiva, Castilho (2002) denomina de norma subjetiva, implícita ou padrão ideal. Esta norma diz respeito ao dialeto utilizado em determinadas situações de fala, o falante ideal utiliza a norma de acordo com a situação de formalidade ou informalidade da interação, bem como de acordo com o ambiente e o grupo com o qual está interagindo.

A norma prescritiva, segundo o autor, é a norma ensinada pela escola, àquela que prescreve o uso que deve ser feito da língua, funcionando como uma combinação entre as normas objetiva e subjetiva, baseadas nos usos linguísticos da classe social de maior prestígio, que são tidos como ideais e perfeitos.

⁸ Grifo do Autor.

A norma e os programas de entretenimento da televisão aberta brasileira

Após refletirmos quanto à língua, às variações/variantes linguísticas e às normas linguísticas, a seguir veremos como estes objetos abstratos se fazem presentes em três programas de entretenimento transmitidos por três grandes emissoras da televisão aberta brasileira: o programa CQC (Custe o Que Custar) da Rede Bandeirantes, o programa Legendários, da Rede Record e o programa Big Brother Brasil, transmitido pela Rede Globo de Televisão.

Foram analisadas duas edições de cada programa, durante os meses de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, sendo que o programa o CQC da Rede Bandeirantes, é transmitido “ao vivo” às segundas-feiras, às 22h30m, e os episódios que serão considerados neste estudo foram veiculados nos dias 19 e 23 de dezembro de 2011.

O programa Legendários da Rede Record, por sua vez, é transmitido “ao vivo” aos sábados, às 23h00m, e os episódios que serviram de amostra foram veiculados nos dias 10 de dezembro de 2011 e 11 de fevereiro de 2012; já o Programa Big Brother Brasil, também é transmitido “ao vivo” durante o primeiro trimestre de cada ano, após a novela das 21h00m e no domingo, após o programa “Fantástico”, teve os seguintes episódios analisados: dias 21 e 30 de janeiro de 2012.

O formato do programa CQC da Rede Bandeirantes, primeira atração acompanhada, traz uma proposta alternativa ao jornalismo tradicional apresentado pelas emissoras de televisão. O CQC realiza um resumo semanal das notícias, com comentários livres e irreverentes, fazendo uma sátira aos acontecimentos e às personalidades entrevistadas: políticos, artistas, jogadores, economistas, dentre outros.

O programa é apresentado por três âncoras: Marcelo Tas, Marcos Luque e Felipe Andreoli, porém, dependendo do quadro apresentado: Brasília, O Povo Quer Saber, Controle de Qualidade e assim por diante, o repórter, responsável pela matéria, geralmente, ocupa a bancada para, junto com os colegas acima referidos, comentar as notícias. Nos quadros que são editados antes de ir ao ar, são acrescentadas artes gráficas com o intuito de fazer humor e/ou satirizar os entrevistados e os entrevistadores.

A linguagem, conforme pôde ser observado nos dois programas do CQC analisados, é predominantemente informal e descontraída. Há a presença constante de gírias: “cara”, “meu”, “bizarro”, “porra”, “valeu” etc.; além de expressões como “no chinelo”; “entrar de carrinho” (derrubar); “tá ligado”, etc.

O apresentador Marcelo Tas, faz uso da variante diafásica, ou seja, utiliza-se de uma linguagem mista, oras informal, oras formal, modulando seu discurso conforme o seu intuito. Quando se utiliza da norma culta, o faz conforme a ênfase que pretende dar à notícia ou aos comentários que realiza das entrevistas feitas pelos colegas e, como é o “cabeça” do programa, a linguagem “mais refinada” serve para contrapor sua imagem com a dos companheiros de bancada.

O apresentador faz uso de frases como “quase tivemos uma síncope”, além de algumas expressões em língua inglesa; “fasten your sit belts”⁹ – quando a notícia é “bombástica” – ou “peace and love”¹⁰ – quando se refere a boas notícias. Ele também satiriza comportamentos desproporcionais dos entrevistados e zomba destes quando falam palavras como: “menas”, “samos” e assim por diante.

Já os demais apresentadores e repórteres empregam uma linguagem mais coloquial e espontânea, falando “a gente” constantemente, e realizando também com frequência o apagamento de consoantes finais como o “s” e o “r”: “vamo”, “tudo pode acontecê”, ou não realizando o plural como em “rico e político sempre escapa”, etc.

Como em várias subdivisões do programa há a participação da população, ou de entrevistados múltiplos, observa-se a variação diastrática, pois há um grande contato com diversos tipos de linguagem, onde se pode perceber claramente que políticos, economistas, empresários, procuram falar dentro da norma culta, com vários adjetivos e palavras peculiares a seu grupo.

Os entrevistados de camadas sociais mais populares ou que vieram de sociedades mais simples, contudo, empregam uma linguagem mais coloquial, com muitas gírias: “mano”, “véio”, “bagulho”etc., e expressões como “samos”, “chama eu”, “ceis entende”, dentre outras.

Além disso, as variações diatópicas também podem ser observadas na linguagem dos entrevistados (oriundos de vários locais do país) e dos repórteres/apresentadores, nestes são percebidos traços peculiares da linguagem paulista, com muitas utilizações de “mano”, “meu”, “pô” e com a influencia do sotaque interiorano do estado de São Paulo, percebida claramente na utilização dos erres retroflexos em palavras tais como: “a partir”, “pergunta”, “informa”, etc, presentes, principalmente, nas falas dos repórteres Danilo Gentili e Mônica Iozzi.

⁹ Apertem seus cintos de segurança.

¹⁰ Paz e Amor.

Quanto à questão de uma padronização da linguagem, percebe-se que se trata de um programa que não segue padrões linguísticos pré-estabelecidos, nem busca uma assepsia no modo de falar de seus apresentadores e repórteres e, embora o CQC também trabalhe com quadros de cunho informativo, político e social, o programa não busca a mesma imagem de seriedade transmitida, através de uma linguagem padronizada, comumente observada em muitos outros programas jornalísticos que trabalham com notícias.

Com singularidades e algumas semelhanças com o CQC da Rede Bandeirantes, o segundo programa analisado neste estudo, trata-se do programa “Legendários” da Rede Record, comandado pelo apresentador Marcos Mion. O programa vai ao ar nos sábados, a partir das 23h00m. Os temas abordados tratam de assuntos como ecologia, política e variedades, investindo no humor com a proposta de abranger um público geral de telespectadores.

Por ser um programa de auditório, há também um público presente nos estúdios, composto, em sua maioria, por adolescentes e jovens. O apresentador utiliza-se de uma linguagem informal com a presença predominante de gírias: “cara”, “otário”, “veio”, “chulapa”, “muié”, “rapa”, “gratiná,” “sapecada”, sendo as duas últimas de cunho sexual.

O emprego de palavrões tanto pelo apresentador quanto pelos convidados está liberado e apenas em quadros editados, pode-se ouvir um “bip” sonoro quando estes são ditos, o que não impede que sejam identificados facilmente pelo público que acompanha o programa através da TV.

Termos como “a gente” e o apagamento do “r” e do “u” no final das palavras “combiná” “voltá”, “mostrá”, “vô”, “falô”, dentre outros, são constantes, bem como a não utilização da forma plural: “as muié grita” e o uso amplo dos marcadores discursivos “né”, “tá” e “heim”. O apresentador também faz uso de expressões em inglês como “slow”; “take”; “old school”; “frame”; “hold”¹¹; para enfatizar alguma informação sobre o que está falando, ou então, para chamar algum quadro.

Os repórteres que apresentam quadros variados como notícias, denúncias, viagens, entrevistas e outros, utilizam uma linguagem coloquial e livre, contendo muitas

¹¹ slow = devagar; o termo “take” é utilizado no sentido de “pegar” ou no de passar para outro quadro ou tomada; old school = velha escola, conservadores; frame = vídeo; hold = esperar, segurar;

expressões populares como: “vamo que vamo”; “vô tá na sala”; “dá uma apagada”; “a gente já volta”; “muita dó”; “isso é treta” e assim por diante.

As variantes diatópicas fonéticas aparecem na linguagem dos repórteres, em sua maioria paulistas, e na fala do apresentador, também paulista. Assim sendo, palavras como “pertinho”, “certo”, “ator”, “favor”, por exemplo, recebem um “r” retroflexo.

Percebe-se que o programa não apresenta preocupação em seguir determinada norma linguística ou determinada padronização, pois é o estilo de atração despojada e livre, que busca falar “a língua” de seus telespectadores, que como já mencionado anteriormente, são de maioria adolescente e jovem.

Já o terceiro e último programa analisado trata-se do “Reality Show” da Rede Globo, o Big Brother Brasil, transmitido sempre no primeiro trimestre de cada ano e que está em sua 12ª edição em 2012. Sendo um programa de entretenimento que reúne participantes de várias regiões do país é facilmente detectada a variação diatópica fonética, palavras como “cumversa”, “marzão”, “articulador”, “manipulador”, etc; recebem erres retroflexos presentes nas falas de muitos participantes quer sejam eles goianos ou gaúchos, ou ainda, sul-mato-grossenses.

As variações diatópicas sintáticas também foram observadas nos dois programas do reality show analisados, enquanto os participantes gaúchos usam o pronome “tu”, como em “tu viaja”, “tu não acha”, os demais participantes empregam “você” ou mesmo a contração informal deste, “cê”.

Outras expressões tipicamente regionais podem ser observadas nas falas dos participantes, os mineiros, por exemplo, dizem “trem”, “uai” e palavras no diminutivo “cadinho”; já os gaúchos falam muito “mas”, “bah”, “guri(a)”; os goianos e o sul-mato-grossense falam “coça”, dentre outras palavras. Palavrões e gírias são ditos amplamente, sendo que os palavrões falados nos quadros editados recebem o “bip” sonoro, o que já não é possível quando os participantes estão “ao vivo”.

O apresentador Pedro Bial, faz uso da variante diafásica, isto é, modula o seu modo de falar conforme o quadro do programa e a sua intenção. Ao comunicar-se com os participantes do reality show, por exemplo, utiliza uma linguagem coloquial, porém sem gírias. Já quando lê suas crônicas, pode-se perceber que as mesmas são escritas de acordo com a norma padrão.

O Big Brother Brasil, como acontece com os demais programas analisados, não apresenta uma preocupação com a norma linguística ou com uma padronização desta e,

sendo que a atração procura ser polêmica, quanto mais diferentes forem os participantes e quanto mais estes se identificarem com o público que acompanha o programa, maior será a audiência, a participação dos telespectadores pelo telefone e/ou internet e, conseqüentemente, maior será a venda dos produtos das empresas patrocinadoras da atração.

Considerações finais

Percebemos, através deste estudo, parte do poder e da complexidade envolvidos na linguagem humana, da mesma maneira, percebemos que as várias normas linguísticas existentes caracterizam a diversidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira, já que observamos dentro de um mesmo país, vários modos diferentes de falar, várias línguas dentro da mesma língua.

As discussões que fomentam tantos trabalhos e pesquisas sobre a norma, variações e/ou variantes linguísticas e a questão da padronização da norma em determinados meios, serve para que possamos refletir, mais uma vez e, através de ângulos distintos, quais são as muitas faces da nossa língua, em quais meios ela transita e como o faz.

Assim, os programas de entretenimento aqui analisados, demonstram que as variantes diatópicas, diafásicas e diastráticas são uma realidade do idioma e que podemos ter contato com os mais diversos modos de se falar sobre um mesmo assunto ou sobre o mesmo objeto. Demonstram também, que temos a habilidade de modularmos o nosso discurso conforme a audiência e as nossas intenções, nos tornando o que Le Page denomina de “camaleões linguísticos”.

Finalmente, lembramos que não tínhamos o objetivo de avaliar a qualidade dos programas através da fala de seus apresentadores, repórteres ou participantes, ou ainda de avaliá-los, através de qualquer outro aspecto.

O objetivo deste estudo convém salientar, era o de observar como a norma linguística se faz presente em algumas atrações de entretenimento presentes na grade de programação de determinadas emissoras de televisão brasileiras, uma vez que sabemos ser inegável a influencia e o poder que este meio de comunicação de massa exerce no cotidiano de todos nós, sendo responsável, de alguma maneira, pelo

estreitamento das fronteiras e a interação entre as diversas comunidades de falantes existentes em nosso país.

Referencias

ALKIMIN, Tânia. *Sociolinguística*. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org). Introdução à linguística. 9. ed. São Paulo: Cortez, Vol. 1, 2011. p. 22-23.

BAGNO, Marcos. *O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase*. In: LAGARES, Xoán Carlos, BAGNO Marcos (Orgs.). Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.355-387.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [Livro original em russo: 1929]

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística general II*. Madrid: Siglo Veintiuno editores: 1977.

BERRUTO, Gaetano. *La Variabilità sociale della lingua*. Loescher, 1980.

CÂMARA JR., Matoso. *História da linguística*. Petrópolis, 4. Ed. 1986.

CAMACHO, Roberto. G. *Variação lingüística*. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus; coletânea de textos. São Paulo: SE/CENP, 1988. v.I, p.29-41.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa*. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.27-35.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

COSERIU, Eugênio. *Sistema, norma e fala*. In: Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos. São Paulo: Presença, Edusp, 1979.

DIZARD, Wilson Jr. *A nova mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. *O Brasil entre a norma culta e a norma curta*. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.259-276.

_____. *Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.37-60.

FIORIN, José Luiz (Org.) *Introdução à linguística: I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HUDSON, Richard. A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

JUSTINO, Renata. In: *Variação linguística*. Disponível em: blog.educacional.com.br/glaucegram/tag/linguagem/ Acesso em: 18/12/11.

LOPES, Luiz Carlos. *A tv aberta brasileira: economia política, cultura e comunicação*. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero33/tvaberta.html>. Acesso em 04/12/11.

LUCCHESI, Dante. *Norma linguística e realidade social*. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.63-90.

MILROY, James. *Ideologias linguísticas e as consequências da padronização*. In: LAGARES, Xoán Carlos, BAGNO Marcos (Orgs.). *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.49-85.

MONTEAGUDO, Henrique. *Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão*. In: LAGARES, Xoán Carlos, BAGNO Marcos (Orgs.). *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.15-48.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística*. Vol. 1, 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PETTER, Margarida. *Linguagem, língua, linguística*. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.11-15.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.